

PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E AS TRAMAS DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL ¹

Andrey Minin Martin²

Resumo: Objetiva-se neste trabalho analisar o campo de produção energética no interior do Brasil, tendo como foco a instalação do Complexo Hidrelétrico Urubupungá. Planejado e executado entre as décadas de 1950 e meados da década de 1970 na região fronteira entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, este empreendimento consolida-se por meio de novas experiências de planejamento regional que permeiam sua execução, seu ideário de progresso e uma nova imagem para região, isto mesmo antes do início das obras. Desta forma, interesses privados, disputas pela legitimidade, pelo poder e assim, memórias foram gestadas ao longo deste período e marcaram a construção de duas hidrelétricas até seu término na década de 1970, estabelecendo ligações com marcos de memória do passado e deixando desdobramentos para o futuro.

Palavra-Chave: hidrelétricas, Urubupungá, desenvolvimento, planejamento regional.

BEYOND MILLIONS OF KILOWATTS: THE URUBUPUNGÁ HYDROELECTRIC COMPLEX AND THE DEVELOPMENT OF THE NATIONAL ENERGETIC SECTOR

Abstract: This work aims to analyze the energetic production field in the hinterland of Brazil focusing on the construction of Urubupungá Hydroelectric Complex. That was planned and accomplished during the 50s through mid 70s in the borderline between Sao Paulo e Mato do Grosso do Sul states. This enterprise was consolidated through new experiences of regional planning by means of its construction, progress ideology and a new region of image even before the construction begins. In this way, private interests, battle over legitimacy and power, and therefore memories were managed through this period and marked the construction of two hydroelectric until its end during the 70s, and establishing connections to memory landmarks from the past and unfolding to the future.

Keywords: hydroelectric plants, Urubupungá, development, regional planning

¹ Este trabalho esta vinculado ao projeto de pesquisa de doutoramento, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP.

² Doutorando - Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista. Orientador: Dr. Eduardo Romero de Oliveira. E-mail: andrey_mm@hotmail.com.

Introdução

O setor energético e seu campo historiográfico tem cada vez mais ampliado o leque de temáticas e abordagens entre História e Energia. Desde eventos como o “I Seminário Nacional de História e Energia” de 1986 e o “Congresso Internacional de História e Energia”, em 1987, abriram caminhos para uma diversa gama de trabalhos, entre dissertações e teses, artigos e livros que nos permitem mapear como tais empreendimentos estiveram e ainda estão ligados a uma multiplicidade de questões e problemáticas na história nacional.

A consolidação de centros de documentação e projetos ligados a este setor tais como o Centro de Memória da Eletricidade,³ no Rio de Janeiro, a Fundação de Energia e Saneamento, em São Paulo, o Projeto Memória CESP, dentre outros, colaboraram diretamente para o desenvolvimento tanto de novos trabalhos como para ampliação de novos horizontes documentais na produção de novas pesquisas.⁴

É neste fazer-se que as questões deste trabalho se inserem, ao buscar analisar os caminhos de consolidação de projetos hidrelétricos no interior do país, tendo como foco o denominado Complexo Hidrelétrico Urubupungá. Ampliando o leque documental e interdisciplinar, por meio do uso de relatórios técnicos, ofícios, fotos e mapas, dentre outros, buscamos analisar como a consolidação deste projeto emaranha-se pelas tramas do setor energético em um contexto mais amplo, em que seu estabelecimento representava a articulação com um projeto maior, difuso e permeado por interesses políticos, sociais e ideológicos.

Observamos que a partir deste setor buscava-se integrar o país em um projeto modernizador que agregasse todas as regiões a um novo ritmo de desenvolvimento, ligado a uma transformação territorial dos investimentos juntamente com maciça migração interna. O Complexo Hidrelétrico de Urubupungá seria o projeto articulado como detentor destas aspirações.

³ “Sediado no Rio de Janeiro, o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, entidade cultural sem fins lucrativos, foi criado em outubro de 1986, por iniciativa das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), sua principal mantenedora, com a finalidade de promover a preservação do patrimônio de valor histórico do setor de energia elétrica, evidenciando sua importância para a história contemporânea do país” (CABRAL, 2012: 211).

⁴ Consta a partir destes arquivos, a produção de obras fundamentais para compreensão do setor energético, tais como “Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil”, de 1988, “Debates parlamentares sobre energia elétrica na Primeira República”, de 1990, “Energia Elétrica em Questão: debates no Clube de Engenharia”, de 2001, “Caminhos da modernização: cronologia do setor de energia elétrica brasileira (1850-1998)”, de 1999, “Banco de imagens: usinas de energia elétrica no Brasil (1883-1999)”, produzido em CD-ROM, “Dicionário Biográfico do setor de energia elétrica brasileira”, de 2002, “Programa de História Oral da Eletricidade – catálogo de depoimentos”, produzido pelo CPDOC e editado em 1990 e “Meio ambiente e o setor de energia elétrica brasileiro”, de 2009.

PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E AS TRAMAS DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL

Seu estabelecimento seria articulado pelos gráficos, croquis, relatórios e discursos proferidos nas décadas de 1950 e 1960 como importante região a ser desenvolvida, dotada de uma zona de influência em um raio de mais de 600 Km, somando um total de 45 milhões de habitantes e mais de 70 % da produção nacional. Sua realização estava ligada diretamente às necessidades energéticas do eixo Rio-São Paulo, por onde seria interligado um tronco de transmissão no sentido noroeste-sudeste.⁵ Grande também seria a diversidade de sujeitos que produziram narrativas sobre os imperativos do setor energético e Urubupungá, de figuras do político, técnicos a representantes do capital internacional, as possibilidades de aproveitamento dos recursos naturais para fins energéticos estariam atreladas a proposições ideológicas, a determinados interesses e necessidades.

Mas para produzir energia devia-se, primeiramente, promover o Vale do Paraná.

O rio esquecido (ou a construção de memórias)

No dia 21 de março de 1950, o Deputado Mato-grossense Carlos Vandoni de Barros pronunciou em discurso à Câmara dos Deputados as necessidades de aproveitamento dos recursos naturais do Vale do Paraná. Imbuído de referências historicamente estabelecidas sobre a região, onde a presença de elementos como a estrada de ferro é rememorada como ponto de progresso, atrelou o destino desta região ao próprio futuro nacional.

Assim, como a estrada de ferro buscou o rio, deveriam agora integrá-lo às necessidades do tempo presente, por meio do aproveitamento energético. “Fronteira viva”, como ressalta o autor, “as cachoeiras de Urubupungá, que interceptam o seu curso, são os principais tropeços à sua missão de transportar e relacionar os grupos humanos, e mais difícil se torna, por isso mesmo, a fixação do homem, que tem como corolário lógico, o fator econômico”.⁶

Na concepção do deputado, desenvolver as potencialidades desta região, deste rio representava o novo caminho para o desenvolvimento econômico nacional. O constante uso de termos como “integração”, “progresso”, “condições naturais” e mesmo “energia econômica” buscavam conduzir sua visão sobre aquele espaço. Pensado como ponto de integração continental, referenciava a região por meio de narrativas históricas,

⁵ Relatório CELUSA, 1961.

⁶ “Em defesa do rio esquecido”. Discurso pronunciado por Carlos Vandoni de Barros, 1950, p. 15.

mas atualizando-as pelos imperativos da modernidade técnica, tendo o programa do *Tennessee Valley Authority*⁷ como fundamento a ser seguido, pois “depois de conhecida a vitória dos americanos no Vale do Tennessee, ganhamos a experiência que deve ser aproveitada”.⁸

Seu discurso intitulado “Em defesa do rio esquecido”, homônimo do documento em que se transformou, postula diretamente a atualização da memória deste espaço a partir das referências do presente. A ideia de esquecimento adquire aqui a correlação de uma região ainda desprovida dos instrumentos da modernidade técnica, neste caso estando marginalizada do processo de instrumentalização e aproveitamento de suas potencialidades naturais, que, na perspectiva do autor, era o caminho para a integração deste espaço ao desenvolvimento nacional. Realizar o aproveitamento energético deste vale, das corredeiras de Urubupungá e Jupuíá tornar-se-ia uma necessidade a ser alcançada, sem a qual o desenvolvimento não poderia ocorrer.

Ao mesmo tempo, reiterar as memórias sobre o desbravamento desta região assume o papel de evidenciar o esquecimento em que se encontra a mesma, deixando transparecer em sua fala os embates e disputas neste espaço, marcado por interesses, poderes e exclusões, e:

O regime do palavrado vazio ou das discussões estéreis cedeu lugar à planificação dos problemas básicos da nacionalidade, incorporando-se à vida pública do país o concurso imprescindível do técnico, que vê com olhos bem diferentes do dirigente politiquero de outrora (BARROS, 1950: 32).

Percebemos como um novo tempo, o tempo de agora, projetado pelo narrador e embasado pela objetividade técnica, busca romper com possíveis amarras de outro tempo, de outros grupos, qualificado de “vazio e estéril”, desprovido de objetividade, “politiquero”. E junto às necessidades de aproveitamento energético, grupos vão estabelecendo suas diretrizes, opondo-se uns aos outros, segmentando e excluindo-se, tentando assumir seu lugar e impor sua lógica, como o necessário caminho para se

⁷ O TVA é autarquia criada em 1933 pelo então presidente Theodore Roosevelt no vale do Tennessee com a finalidade de realizar o planejamento integral do vale, por meio das construções de grandes obras de infraestrutura pelo poder público, numa interferência direta do estado no território. Para tanto, foram realizadas a construção de mais de 20 hidrelétricas, tendo a produção energética como principal elemento promotor do desenvolvimento. O planejamento regional brasileiro, principalmente na década de 1950 apreendeu muitas experiências internacionais, como a norte-americana do TVA, no qual a perspectiva de produção energética atrelou-se ao desenvolvimento de atividades como irrigação, controle das enchentes e navegação, tornando-se aqui meta para o desenvolvimento regional.

⁸ BARROS. 1950: 27.

PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E AS TRAMAS DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL

alcançar determinada realização (aproveitamento do vale), eliminando e ao mesmo tempo preenchendo este passado com os objetivos do presente.

Assim, percebe-se na fala do deputado o descontentamento por ele obtido desde outrora, quando na observação ao longo da década de 1940 da criação de inúmeros projetos de aproveitamento de vales, sempre fora renegado o mesmo ao Vale do Paraná. Buscou, neste momento, por meio da Lei nº 19 de 1950 a criação da Comissão do Vale do Paraná, ressaltando em suas diretrizes sua subordinação ao Presidente da República e ao mesmo tempo sua autonomia financeira e administrativa. Este projeto não obteve continuidade e foi “engavetado” para o descontentamento do grupo a qual ele estava representando. Suas ideias estariam presentes em muitos trabalhos, discursos e grupos que se apropriariam desta iniciativa para estabelecer proximidades ou mesmo conclamar as possíveis origens do aproveitamento energético na região, fazendo deste um marco na realização do que estaria para ocorrer nos anos subsequentes.

Ao mesmo tempo, parte da documentação analisada destaca que o pioneirismo desta realização se deve aos estudos promovidos pelo estado de São Paulo, por meio da SAGMACS,⁹ que neste período ajudou a promover o “Plano Quadrienal de Governo do estado de São Paulo”, exposto em relatórios fundamentados nas experiências de Rômulo de Almeida em sua participação no conselho da ONU em 1950, destacando que:

Ao Paraná (rio), propriamente, vem da região onde se projetam a localização da nova capital, e vultuosos aproveitamentos hidroelétricos (...) O desenvolvimento do vale do rio Paraná é um objetivo com a dupla finalidade de intensificar a atividade econômica no oeste do país, tornando mais viáveis e econômicas as vias de transporte e a ocupação do território, e de aproximar os países limítrofes no sentido da criação de grandes vias continentais e assim da integração de um grande mercado sul-americano.¹⁰

De qualquer forma, almejando, dentre outros fins, realizar o aumento da produção energética, assistíamos neste período a afirmação de determinadas orientações calcadas em um projeto de expansão industrial, elemento que marcaria o segundo governo Vargas e as intervenções diretas neste setor. Juntamente às campanhas de nacionalização da produção de petróleo, que levariam à criação da Petrobrás, em 1953,

⁹ A *Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais* atuou no Brasil entre 1947 e 1960 no planejamento urbano nacional, tendo com principal mentor o padre dominicano francês Le Bret, buscando difundir a ideia de desenvolvimento regional humanitário.

¹⁰ SAGMACS. *Problemas de desenvolvimento. Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo*. São Paulo : CIBPU, 1954. p. 22-23.

foi proposta a criação do Plano Nacional de Eletrificação, pois para Vargas era “indispensável, por isso, que o Governo assumira uma posição ativa em face do problema da criação de novos recursos de energia elétrica”. Criando um quadro abertamente de disputas entre privatistas e nacionalistas, a produção energética era a base piramidal para a fixação da ideologia desenvolvimentista e, segundo o próprio Vargas, “para que a eletricidade seja um elemento de progresso e permita o desenvolvimento industrial não é meramente necessário que seja barata, é indispensável, sobretudo, que seja abundante”¹¹.

Em relação à região da Bacia do Paraná, considerada uma região de baixo aproveitamento econômico pelos estudos em desenvolvimento, surgiria neste momento a comissão que colocaria em prática o projeto hidrelétrico Urubupungá. Nascida por meio de interlocutores como o então governador de Mato Grosso em 1951, Fernando Correia da Costa, o agrimensor Casimiro B. Filho e o governador em exercício de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, estes articularam uma tentativa de dinamizar os investimentos para a região centro-sul do país, definindo em setembro de 1951, na “Semana da Pátria”, como lembra Cleonice Gardin (2009) o que se tornaria a denominada Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, a CIBPU, reunindo os governadores dos estados componentes da bacia do rio Paraná, com a finalidade de direcionar acordos e possibilidades de desenvolvimento de uma ampla região durante as décadas de 1950 a 1970.

Os primeiros trabalhos instaurados em 1951 tem a participação de seis estados brasileiros: São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Santa Catarina.¹² Apresentado o projeto ao presidente Getúlio Vargas, questionou este sobre a não participação do estado do Rio Grande do Sul. Segundo Demóstenes Martins (1980), em “A poeira da Jornada”, se tratava tal comissão de uma aglutinação de cunho político liderada por São Paulo, motivo da exclusão do Rio Grande do Sul, estado do presidente. Asseveras à parte, foi aceita a participação deste estado na comissão, em maio de 1952, passando a integrar a região da Bacia do Uruguaí no planejamento. Constituiu-se assim como um órgão de planejamento regional, objetivando o desenvolvimento de ampla

¹¹ *Mensagem ao congresso Nacional*; apresentada por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951, p. 220-222.

¹² Analisando um conjunto de cartas trocadas entre Fernando Correia da Costa, Casimiro B. Filho e Lucas Nogueira Garcez, as primeiras ideias para formação desta comissão partiram do governador do estado de Mato Grosso, Fernando C. da Costa. Porém, como já ressaltado, a ideia de aproveitamento hidrelétrico da região de Urubupungá já se encontrava nos relatórios de planejamento do governo do estado de São Paulo.

PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E AS TRAMAS DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL

região abarcada pelas bacias dos rios Paraná e Uruguai, tendo o aproveitamento das potencialidades naturais como elemento promotor do desenvolvimento. Temos então que, mais do que uma unidade política e o atual momento de desenvolvimento de cada estado, o que os unia eram as potencialidades dos rios que os margeavam.

Assim, entre 1951 e 1972, período de existência da CIBPU, uma série de reuniões e planos de ação foram traçados, buscando promover a criação de redes de transporte fluvial (pontes, embarcadouros, canais e regularização dos regimes fluviais), rodoviário (novas estradas, melhoramento das existentes), ferroviário (padronização do parque ferroviário, novos convênios e variantes de penetração), aéreo (campos de pouso), produção de energia combustível e principalmente elétrica, pelo aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná e para assim promover o povoamento da vasta região, tida ainda como “inaproveitável”.¹³

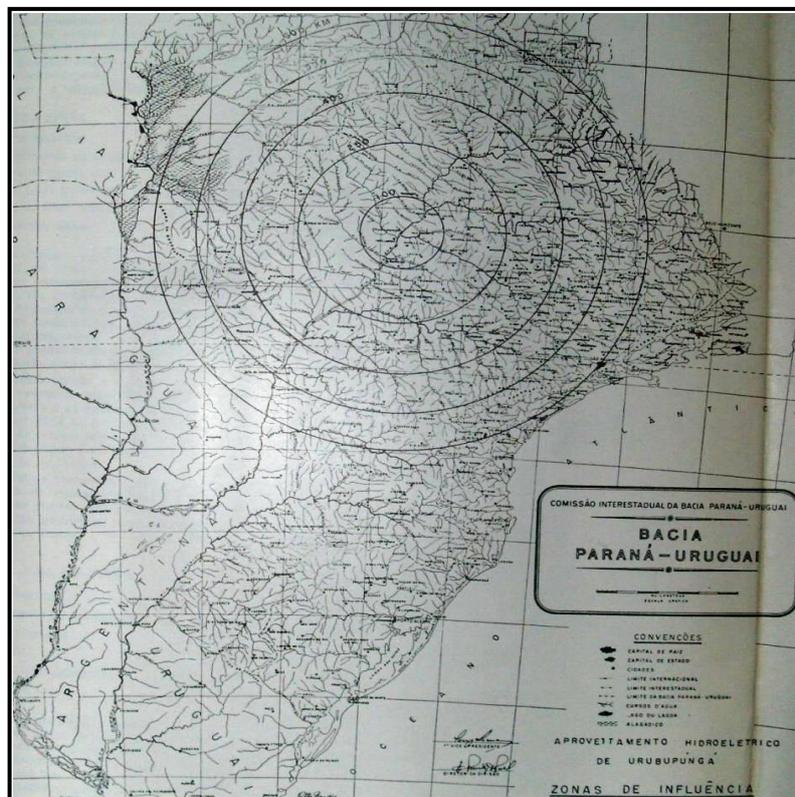
A centralidade do Complexo Hidrelétrico Urubupungá estará atrelada à diversidade de empreendimentos que seriam considerados prioritários para o desenvolvimento do interior do país. Por isso, para muitos dos interlocutores do projeto, como Casemiro B. Filho, estaria a região de Urubupungá determinada historicamente a ser palco de vultosa empreita, tendo sua condição geográfica propícia ao desenvolvimento energético. Abarcando na década de 1950 mais de 2.274 municípios, de sete estados e estando “Urubupungá, como epicentro, irradiar-se-iam benefícios a nada menos de 70% de todas as atividades econômicas do país, e igual porcentagem aos setores da produção industrial e agropecuária” (SILVEIRA, 1970: 79).

Uma prática observada em grande parte da documentação, seja ela da CIBPU, de órgãos federais ou de alguma forma interessados no aproveitamento energético de Urubupungá, é a apresentação de mapas indicativos sobre a área de influência deste empreendimento. Como se observa logo abaixo, mais do que situar sua localização expressa sua intencionalidade em promover como uma região ou espaço está integrado ao mesmo potencial de desenvolvimento, fazendo com que para além de sua dimensão física seja exposto suas dimensões simbólicas, carregando a representação daquilo que permeia o limite entre o sertão de agora e o progresso do amanhã. Como um “futuro que pressiona”, na expressão de Reinhart Koselleck (2006), representa como por meio dos imperativos técnicos do desenvolvimento energético esta vasta região estará

¹³ Relatório CIBPU, 1951: 1-2.

contemplada em um futuro próximo pelas novas experiências proporcionadas pela ampliação de seu parque energético.

Imagem 01 – Área de impacto do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá



FONTE: CIBPU, 1955.

Mapas como este, contendo uma espécie de “zona de influência”, iriam aparecer ao longo da década de 1950, 1960 e mesmo 1970 em vários momentos e, articulados junto à narrativas textuais, serviria de instrumento promotor da ideia de progresso espalhando-se por uma vasta região. Observamos também que em muitos destes usos, como em periódicos de circula o nacional, o próprio raio de influência também se alterava, abarcando, em alguns casos, regiões como o extremo-oeste de São Paulo, sul de Mato Grosso e norte do Paraná e em outros ultrapassando até um raio de 600 Km, para além das fronteiras do país.

Em rela o   comissão que encabe ava este planejamento, ao todo seriam dez reuniões ocorridas entre os integrantes da comissão, em sete estados diferentes, tendo seu fechamento em 1968 no próprio canteiro de obras em Urubupungá. A divergência de interesses, a centralidade na tomada de decisões e a gradual convergência dos projetos para um propósito central, produzir energia, seriam pontos característicos deste projeto, fazendo deste espaço um campo de disputas em que, mesmo possuindo

PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E AS TRAMAS DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL

interesses em comum, não compartilhavam dos mesmos recursos e competências, onde possuir maior capital representava maior poder nas decisões dentro do grupo. Assim, a produção energética se tornaria o elemento central na organização, fator de progresso e desenvolvimentos, reconhecido pelas “vozes autorizadas”, como ressalta Pierre Bourdieu (1989), como elemento legítimo da transformação social.

A própria criação da comissão, posteriormente articulada ao do Complexo Hidrelétrico, apresenta tais “vozes autorizadas”, portadoras dos elementos técnicos e ideológicos pensados como necessários para conduzir os caminhos do progresso. Questão muito próxima ao pensado por David Lilienthal, presidente do TVA a respeito de seu correlato norte-americano, em que “a unificação das várias qualificações técnicas constituiu parte central do trabalho da TVA, como o é deveras em toda a vida moderna” (1956: 78). Apresentando diretamente três figuras participantes deste processo, Casemiro B. Filho, Fernando C. Costa e Lucas N. Garcez projeta, respectivamente, que:

O raciocínio do agrimensor ampliou-se na consciência do médico, evoluindo no sentido da boa compreensão ou da inteligência das causas que haviam de ser decifradas e removidas pela engenharia. E, assim, o médico, alertado pelo agrimensor, entendeu-se com o engenheiro que, além de profissional especializado, tinha interesse público no problema, porque ocupava, na margem esquerda do rio Paraná, a mesma posição governamental do médico de Mato Grosso (SILVEIRA, 1970: 82).

Ao longo das cinco primeiras reuniões, entre 1951 e 1955, destacam-se definições conjunturais de como seriam definidas a participação dos estados neste planejamento regional, evidenciando as disparidades entre seus membros e a necessidade de centralização em problemas que fossem comuns a todos os integrantes.¹⁴ Contando ao longo de suas reuniões com o apoio do governo federal, mas nunca tendo se tornado um órgão federal, a comissão apresentava uma teia de problemáticas a serem tratadas e ligadas a questões como o desenvolvimento rural, proteção das fronteiras nacionais, colonização e aproveitamento múltiplo do rio Paraná.¹⁵ Período marcado por tensões entre privatistas e nacionalistas, devido às iniciativas de Vargas visando à criação da Eletrobrás, por meio do Plano Nacional de Eletrificação, dentro da comissão a produção energética calcava-se como o elemento da dinamização econômica, sendo a

¹⁴ No momento de sua criação, os governadores de cada estado eram: Fernando Corrêa da Costa (Mato Grosso), Lucas Nogueira Garcez (São Paulo), Irineu Bornhausen (Santa Catarina), Pedro Ludovico (Goiás), Bento Munhoz da Rocha Neto (Paraná) e Juscelino Kubitschek (Minas Gerais). O sétimo estado a compor a CIBPU, Rio Grande do Sul, não participou desta conferência.

¹⁵ CONFERÊNCIA dos Governadores, 1ª, 06 a 08/09/1951, São Paulo; CONFERÊNCIA dos Governadores, 2ª, 20/09/1952, Porto Alegre-RS.

região de Urubupungá, como já ressaltado por Euclides da Cunha, “a base vindoura dos mais importantes centros industriais da América do Sul”.¹⁶

Percebemos que mesmo não sendo ainda direcionados programas de aproveitamento das corredeiras de Urubupungá, que viriam a ocorrer a partir de 1955, a região foi desvelando-se na documentação como o espaço a ser desenvolvido. Programas de transporte, educacionais e de urbanização se projetavam gradualmente como necessidades para o reaparelhamento do interior do país, atrelados ao próprio desenvolvimento energético. Mais do que um rio da unidade territorial, para a comissão, o rio Paraná era o futuro das relações internacionais:

Como o rio São Francisco é, sem dúvida, o rio da unidade nacional, o Paraná, que se junta com o Uruguai no estuário do Prata, está destinado a ser o traço de união da solidariedade sul americana. De ambos poderemos dizer que o primeiro está para o Brasil, como o segundo estará para o continente.¹⁷

Para outros articuladores, que projetam o Complexo Urubupungá como continuidade do desenvolvimento paulista, passado e presente se completam se unem e, para o interlocutor que postula determinados interesses e posicionamentos, “a posição de rememorar confunde-se com a do observador privilegiado, que ‘viu’ aqueles fatos, tomados como fundamentais pela posteridade, podendo narrar, recordando, interpretando, revendo, com sugestão de extrema objetividade a verdade deles”. E assim, “outra face se apresenta: exterioridade e interpretação complementam-se” (VESENTINI, 1997: 42).

Podemos observar tal concepção quando Silveira resalta que:

No presente, a vocação bandeirante é representada pela ânsia de integração econômica do planalto interior (...). A Noroeste do Brasil atravessou o Paraná, em Jupiá, e com os seus trilhos atingiu Corumbá, onde se liga a Brasil- Bolívia e a Brasil-Paraguai. Urge, pois, agora, para os paulistas prosseguir no seu destino histórico, irmanados com os outros bandeirantes de além Paraná, Paranapanema e Rio Grande (SILVEIRA, 1970, p. 130-131).

É mister ressaltar que na década de 1950 o estado de São Paulo possuía mais de 9 milhões de habitantes, o mais populoso a participar do empreendimento energético, com cerca de 34 % de seu total. O que se nota é a continuidade deste expoente de crescimento ao longo da década de 1960, que alcançaria grandes proporções na década

¹⁶ CONFERÊNCIA dos Governadores, 1ª, 06 a 08/09/1951, São Paulo, 1951.p.17.

¹⁷ OFÍCIO da Comissão ao presidente Getúlio Vargas. Processo nº. 35686. 1952.

PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E AS TRAMAS DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL

seguinte, assim como sua influência nas regiões ligadas à bacia do Paraná.¹⁸ Por “influência” estamos tencionando não somente a área de atuação de sua economia, mas também a percepção de como determinados fatores de desenvolvimento, tidos como necessidades para a continuidade do crescimento paulista, passaram a fazer parte das metas destas outras regiões. Como exemplo, o primeiro governador do estado de Mato Grosso a participar dos projetos de Urubupungá, Fernando Correa da Costa, constatou que para o desenvolvimento do estado era necessário produzir energia e estimular o povoamento desta vasta região do interior do país, considerada pelo mesmo ainda “abandonada”. Assim, desenvolver os saltos de Urubupungá era o imperativo para outros males como o da colonização e “à luz do espírito americano está sentido que novos rumos se impõem ao destino da humanidade, e daí o seu porfiado interesse na adaptação da terra em função do bem estar econômico”.¹⁹

É como se uma diversidade de regiões, portadoras de especificidades e plurais formas de organização estivessem, na ótica dos condutores do processo, integradas a um novo ritmo de desenvolvimento, calcado no aproveitamento dos recursos naturais proporcionados pela zona de influência do projeto hidrelétrico. Uma vez estas projetadas:

Terão uma zona de influência ou de mercado que irá a Mato Grosso além de Campo Grande, Maracajú e Dourados, que quase atingirá Goiânia, que no Triângulo Mineiro ultrapassará Araguari, Uberlândia e Uberaba, que em São Paulo tangenciará Ribeirão Preto e Itararé, indo além de Araraquara e Botucatu e que no Paraná abrangerá Jacarezinho, Londrina, Apucarana e Mandaguari, tangenciando Tibagi.²⁰

Observamos que para o grupo que organizou e tomou “para si” a missão de desenvolver vasta região do país, a imagem do Complexo Hidrelétrico Urubupungá estaria atrelada como elemento integrado na pioneira experiência de planejamento regional, onde o raio de impacto da produção de suas turbinas torna-se, antes mesmo de sua operação, imperativo catalisador do progresso. Ao mesmo tempo, junto a esta ideia de planejamento estariam emaranhadas as possibilidades de crescimento de São Paulo e seu modelo de sociedade, visto que, na perspectiva do Governador deste estado, “estão os responsáveis pela segurança e bem estar da metade da população brasileira, planejando para que o conforto e o padrão de vida hoje desfrutado pelos paranaenses e

¹⁸ RELATÓRIO CIBPU. Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo – SAGMACS. Vol. 01, 1954.

¹⁹ CIBPU. Conferência dos Governadores. Discurso de Fernando Correa da Costa, 1951, p. 20.

²⁰ CIBPU. Relatório de exercício de 1954. 1955, p. 06.

paulistas possam se estender a todos os goianos, mato-grossenses, mineiros e catarinenses e, por intermédio deles, a todo o povo brasileiro”.²¹

Apesar das projeções, os estudos focados diretamente para o aproveitamento das corredeiras de Urubupungá somente tiveram início em janeiro de 1955, por meio de um convênio realizado entre a CIBPU e empresa denominada Edison de Milão, que ficaria no Brasil constituída como Edisonbrás S/A.²² As ligações desta empresa com o projeto Urubupungá se deram diretamente por meio dos estudos para o aproveitamento energético no estado de São Paulo, junto ao DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), de forma que as realizações em Urubupungá também deveriam incluir o aproveitamento do Salto de Itapura. Esta tinha como finalidade assegurar a navegação entre o Tietê, o médio e alto Paraná, questões já fixadas pelo governo do estado de São Paulo em seus estudos. Nos relatórios destacam-se a direta participação de engenheiros como Otávio Ferraz Sampaio, o diretor do DAEE, Eng. Souza Dias Filho e Cláudio Marcelo, chefe do Departamento de Obras da Edison de Milão.²³ Assim, são realizados na região os estudos sobre as características hidrográficas, previsões de consumo e zonas de influência, destacando também a importância de utilização dos terrenos marginais para irrigação e defesa contra inundações.²⁴

Período significativo no desenvolvimento do projeto, seus caminhos se entrelaçam aos de um país cada vez mais atrelado ao capital internacional. Movido pelo conjunto de ações calcadas em infraestrutura e indústrias de base, o governo de Juscelino Kubitschek buscou acelerar o processo desenvolvimentista e fazer do “gigante adormecido”, como pontua Ferreira et al (2003), uma nação em pleno desenvolvimento, por todo seu território e para todos os seus habitantes. Construindo uma imagem de “compromisso com a democracia e com a intensificação do desenvolvimento industrial de tipo capitalista”, setores como o energético continuaram a serem centrais, primordialmente nas primeiras metas (1 a 5) do conhecido “Plano de Metas”.²⁵ Assim, mesmo o complexo Urubupungá não sendo fruto deste governo, é

²¹ CIBPU. Conferência dos Governadores. Discurso de Lucas Nogueira Garcez, 1951, p. 13.

²² Subsidiária da empresa *General Electric*, empresa norte-americana, a Edison de Milão atuava diretamente na Itália e Europa na produção e vende de energia elétrica, sendo uma das mais atuantes. Encerrou suas atividades em 1963 decorrente dos processos de nacionalização do setor elétrico na Itália. CHIQUITO, 2011, p. 140.

²³ RELATÓRIO de exercício de 1954. 1955, p. 17.

²⁴ A comissão conta nesse momento com a importante ajuda da Associação dos Geógrafos Brasileiros, a AGB, que realizam este mapeamento por meio do relatório “Condições Geográficas e Aspectos Geoeconômicos da Bacia Paraná-Uruguaí”, em 1955.

²⁵ Idem, p.159.

PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E AS TRAMAS DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL

neste período que são aprovadas suas diretrizes e encaminhamentos, atreladas ao fluxo de capitais externos para a realização de grandes obras.

“Valorização do homem brasileiro”, “pontos de estrangulamento”, “frentes pioneiras”, “integração na civilização contemporânea”: são termos correntes em discursos governamentais, documentos oficiais e mesmo nos periódicos de circulação, que apresentavam e caracterizavam o processo de desenvolvimento como o caminhar de uma nova etapa do país. Pelo interior do país, por estradas conectando à nova capital, Brasília, e sob a alusão de progresso em Urubupungá desenvolvimento era tido como ordem e grandeza, progresso e bem-estar. Novamente visto como um bem coletivo “é a grande meta de todas estas nações, articulando em torno do crescimento econômico” (CARDOSO, 1977: 79).

Assim, constrói-se a memória deste período como herdeiro e legitimador da continuidade de um Brasil “para frente”, associado a um projeto de crescimento e desenvolvimento. O “moderno” constitui-se então como ponto de memória, de uma década rememorada pelos grandes projetos e obras, assim como gestora de iniciativas orientadas para desenvolver e integrar o país. Ocorre, ao mesmo tempo, como observa Gomes (2002) a difusão da ideia de que para suplantar as forças do “atraso”, desenvolvimento econômico caminha junto com o político, fazendo direta associação de um Brasil “moderno” com um Brasil “democrático”. E por este modelo de pensamento, no qual o desenvolvimento territorial ocorre principalmente a partir da instrumentalização de técnicas e procedimentos nos quais se buscava “ocupar” estes espaços denominados “vazios”, é que o Complexo Urubupungá se faz marco, pois estaria desenvolvendo um setor que iria colaborar diretamente com a criação de uma infraestrutura básica, de forma a integrar o país neste sentido. Observando a distribuição das ações e investimento do período, segundo Faro e Silva (2002), vamos observar que 43 % dos investimentos estavam destinados à produção energética.²⁶

Em seu livro “A marcha do amanhecer”, Kubitschek reforça sua ideia de que, pelos imperativos da técnica “já não há gleba infecunda, no mundo de hoje, diante dos processos modernos de aproveitamento da terra. Já não há impossibilidade de vitória contra qualquer espécie de obstáculos naturais” (OLIVEIRA, 1962: 17), sendo assim somente um indispensável esforço para que o país rume para nova situação. O

²⁶ Autores como Maria A. P. Leopoldino (1991) comparam este posicionamento político com o “encilhamento”, pela forma como se operou a busca do progresso pela expansão econômica. *Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960)*. In: GOMES, 2002.

desenvolvimento adquire assim a potencialidade de anular a miséria, ampliando seu status de um futuro coletivo próspero para todos. Assim, “mesmo que permanecesse a diferenciação social, não haveria mais nem regiões pobres, nem grupos pobres. Se o desenvolvimento é riqueza, conseguindo-se chegar até ele, não haverá mais pobreza” (CARDOSO, 1977: 80).

É válido ressaltar tais pensamentos pelo fato de percebermos similares ideias junto aos articuladores do projeto hidrelétrico. Para o agrimensor Casemiro B. Filho, a produção energética atrelava-se também ao desenvolvimento rural:

Encarecer a importância decisiva, nas atividades ruralistas, da energia elétrica, seria supérfluo. Todavia, a nosso ver, a sua maior virtude reside no seu grande poder de fixação do homem à terra, pela inúmeras facilidades que lhe proporciona em suas múltiplas atividades de produção em geral, tendo em vista o indispensável relativo conforto e recreação espiritual, que o homem moderno naturalmente reclama, neste século de grande progresso material à disposição da humanidade, objetivando suavizar os trabalhos pesados, bem como tornando-os mais produtivos e mais atrativos em face da vida atual de verdadeiros sacrifícios que o homem do campo enfrenta (SILVEIRA, 1970: 86).

Após os pareceres realizados a partir de 1955 é concedido o aproveitamento hidrelétrico dos trechos Itapura - Urubupungá, por meio do decreto nº 41.602, atualizando a outorga concedida um ano antes, em 1956. O Planejamento do Complexo Urubupungá foi elaborado pelo engenheiro Ernest Robert de C. Mange e sua equipe, a EMAK2, entre 1957 e 1960, para atender a futura demanda habitacional proporcionada pela construção das usinas de Jupia e Ilha Solteira.²⁷ Para além do montante de dados, números e termos técnicos presentes nesta documentação, o que transparece para nós é como este projeto, mesmo sendo um empreendimento articulado à CIBPU, passa a ser subsidiado majoritariamente pelo Estado de São Paulo. Os direcionamentos, mesmo que ligados a CIBPU, seriam a partir de 1960 centrados na comissão permanente a ser criada para o projeto em Urubupungá.

Se observarmos a própria trajetória da comissão e estados integrantes fica evidente o predomínio do controle paulista sobre os demais, nos investimentos e nas ações, de forma que esta federação possuiu preponderância na presidência da própria CIBPU.²⁸ Ao longo de sua existência, todos os presidentes foram paulistas: Lucas Nogueira Garcez (1951-1955); Jânio da Silva Quadros (1955-1959); Carlos Alberto

²⁷ Devemos ressaltar que até mesmo o projeto para construção da Hidrelétrica de Jupia, realizado pela Edisonbrás, foi abandonado, posto em prática o estabelecido pela THEMAG Engenharia.

²⁸ Como observado em múltiplas questões por Rech (2010), Gardin (2011) e Chiquito (2011).

PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E AS TRAMAS DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL

Alves de Carvalho Pinto (1959-1963); Ademar Pereira de Barros (1963-1966); Laudo Natel (1966-1967); Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971) e Laudo Natel (1971-1972). Este fato é importante para entendermos como muitas disputas e jogos de interesses permeiam o projeto e se expõe em sua documentação, fazendo do processo de construção hidrelétrica de Urubupungá um campo de disputas, posicionamentos e apropriações.

Ao analisarmos o relatório “*A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai e seus Problemas Atuais*”, observamos que mais de 90 % das contribuições provém do Estado de São Paulo, sendo Mato Grosso responsável por apenas 2 % dos investimentos.²⁹ Assim, mesmo sendo um projeto articulado também por crescentes necessidades energéticas e mesmo promovido por ideais daqueles que organizaram a comissão, ao longo da década de 1960 estabeleceu-se como um empreendimento paulista, para além da organização da CIBPU. Se formos pautar os desdobramentos em relação ao aproveitamento deste complexo, podemos concordar com Rech:

Hoje são visíveis as mudanças ocorridas nos vales dos rios Tietê e Paranapanema, tributários do rio Paraná no território paulista, com o aproveitamento múltiplo dos rios, como a geração de energia elétrica, navegação, turismo, aquicultura, irrigação, entre outros, que refletem os ideários daquela comissão. Durante toda a sua existência, a CIBPU teve como sede São Paulo, e seu presidente era o governador desse estado. Por outro lado, nem o “ideário desenvolvimentista”, pautado na ação racional, no planejamento integrado foi capaz de ser internalizado pela mentalidade das elites dirigentes de Mato Grosso, e mesmo das lideranças do sul, que mais tarde exerceram grande influência em Mato Grosso do Sul (RECH, 2010: 107).

Ocorre que já em meados da década de 1950 estava previsto em lei a constituição de uma comissão paralela à CIBPU, que centrasse na organização do complexo hidrelétrico. Assim, os encaminhamentos para o projeto continuam marcados por um período conturbado da política nacional, em que as relações com o capital internacional, instrumento central no governo JK para o financiamento do progresso tecnológico, apresentavam suas contradições e fragilidades de nosso desenvolvimento. De qualquer forma, entre nossa dependência internacional e seu resultado inflacionário, entre a distinção da prática e do discurso, o complexo prevaleceu como caminho incessante, tendo continuidade medidas para a rápida instalação da usina, iniciando a

²⁹ No relatório da CIBPU de 1968, se destaca o percentual de cada estado ao longo da existência até aquele momento: São Paulo com 91,57 %, Paraná, 3,05%, Minas Gerais, 2,91%, Mato Grosso, 1,97%, Rio Grande do Sul, 0,47%, Santa Catarina, 0,02%, Goiás, 0,01%; CIBPU, 1968, p. 35.

construção de aeroportos, vila de trabalhadores e o fechamento do rio. O complexo hidrelétrico se tornaria cada vez mais central como elemento da inovação técnica nacional, arregimentando em si interesses internacionais, sendo “a razão porque os governos do estado de São Paulo e da União emprestam tanta importância à grande obra” (SILVEIRA, 1970: 119).

Foi criado então em 03 de janeiro de 1961 as Centrais Elétricas de Urubupungá – CELUSA S/A, durante o governo paulista de Carvalho Pinto e encabeçada por este estado. Entidade autorizada pelo próprio presidente Jânio Quadros a funcionar como empresa de energia elétrica, contou com parte de seu investimento decorrentes de acordos financeiros e empréstimos junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) cerca de 13 milhões de dólares e GIE, *Gruppo Industrie Elettro Meccaniche Per Impianti All Estero SpA* de Milão, com 59 milhões de dólares, dentre outros fundos realizados. Interessante observar que na realização da concorrência externa para aquisição dos equipamentos eletroeletrônicos, as empresas japonesas, tais como Hitachi, Toshiba e Mitsubishi, teriam vencido a concorrência com preços e prazos mais acessíveis. Porém, o que a documentação revela, assim como entrevista com o primeiro Presidente da CELUSA, Hélio Pereira Bicudo, é que por decorrência de “pressões norte-americanas” teriam desistido de realizar negócios com o grupo japoneses.³⁰

Segundo a documentação nem todos os estados integrantes da CIBPU participaram deste processo, e em 1961, “os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais, por problemas de ordem burocrática, não subscrevem suas cotas”.³¹ Sobressaindo as iniciativas e medidas orçamentárias em torno de São Paulo, como parte integrante de seu Plano Estadual de Eletrificação, sua formação expõem acirramentos e disputas políticas (muitas envolvendo o PSD e UDN), em que a esfera do político influi diretamente na organização da comissão. Medidas para o enfraquecimento da comissão, como nas disputas entre o presidente JK e o governador de São Paulo Jânio Quadros (com a criação da SPVESUD), descontinuidades entre os governos de Carvalho Pinto e Adhemar de Barros e mesmo acirramentos regionais, como entre os políticos mato-grossense Fernando Correa da Costa (UDN) e João Ponce de Arruda (PSD), afetaram diretamente na organização do complexo hidrelétrico. Em carta enviada por João Ponce de Arruda à presidência da CELUSA em 1961, na época

³⁰ RELATÒRIO CELUSA, 1961 e 1965.

³¹ *Idem*, p. 03.

PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E AS TRAMAS DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL

presidida por Hélio Pereira Bicudo, é exposta sua insatisfação ante o projeto, sendo posto em cheque a participação deste estado:

Informo a V. S. que não mais me interesso pela integralização do capital de um empreendimento que nasce sob os auspícios da mais baixa politicagem, ao invés de observar o critério técnico que a majestade da obra estava a exigir. Valho-me do ensejo para apresentar as minhas cordiais saudações (MARTINS, 1980: 227).

Neste caso, esta se referindo a quantia desembolsada pelo estado na criação da CELUSA. Mesmo que o governo subsequente, de Fernando Correia da Costa, manteve relações com a CIBPU e CELUSA, acirramentos como estes interferiram nos encaminhamentos do empreendimento e atrelaram cada vez mais para a figura de um estado, São Paulo, a organização do complexo hidrelétrico.

Mesmo ante tais problemáticas, o desenvolvimento energético continua a ser engendrado na documentação e nos discursos expressos pelo seu significado econômico, “não só porque virá atender uma área em pleno desenvolvimento com necessidades crescentes de energia elétrica, com alto grau de essencialidade destas necessidades”, neste caso para São Paulo “como virá exercer enorme impacto germinativo em áreas de início de desenvolvimento ou ocupação econômica, como o Centro Sul de Mato Grosso, a zona com maiores possibilidades de desenvolvimento no estado”.³² Percebemos também que regiões como o sul de Mato Grosso e porções de Goiás seguiam uma lógica distinta de São Paulo: ter energia não para continuar o desenvolvimento, mas para produzi-lo. Para CELUSA, ainda não constituem mercados “assegurados” para o consumo energético, mas portadoras de potencialidades e o complexo hidrelétrico “traz a possibilidade de financiar um processo de crescimento econômico a par de crescente nível de renda que permite um aumento no grau de conforto da população”.³³

O desenvolvimento material, ou mesmo sua possibilidade de existência, tido como um fator positivo, é condicionado, como nos assevera Walter Benjamin (2012) em suas teses, como o progresso da própria humanidade, coletivo, interminável e irresistível.³⁴ O aparato tecnológico, as formas de mecanização de um espaço, um grupo ou região, destroem e criam valores, promovem e selecionam um estado de constante inovação, como essenciais para o desenvolvimento deste espaço. Produzir energia condiciona-se à dinâmica de promover o novo, tido como moderno, e a partir de hábitos

³² RELATÓRIO CELUSA, p. 04.

³³ Idem, p. 20.

³⁴ BENJAMIN, Walter. *O Anjo da História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

de consumo de outros espaços proporcionam o que ali não se tem e que não se pode viver sem.

Na sétima Conferência dos Governadores realizada em 1959 foram encaminhadas as diretrizes para o início das obras em Urubupungá, realizadas a partir da construção da primeira hidrelétrica, em Jupiá. Sob a outorga do estado de São Paulo e a partir do estabelecimento de uma sociedade de economia mista, a CELUSA S/A, foram feitas em 1960 e 1961 as primeiras vias de acesso conectando a cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, ao local em que deram início a construção da 1º enseadeira. Para o estabelecimento das obras foram cedidas, no mesmo município mato-grossense, uma área a 4 quilômetros do local para a construção do alojamento para os operários. Para tal empreita foi contratada a empresa brasileira Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, vitoriosa na concorrência aberta.³⁵

A região desapropriada foi ampla, constituindo 32 quilômetros quadrados na parte do Estado de São Paulo, no município de Castilho, por meio do decreto nº 36.384, em 18 de Março de 1960 e uma área de 2.157 quilômetros quadrados na região do atual Mato Grosso do Sul, por meio do decreto nº 1.436, em 21 de Outubro do mesmo ano.³⁶ Se pensarmos que naquele contexto as ações ambientais e mesmo a fiscalização de possíveis impactos socioambientais eram menores, visto a não existência de EIA-RIMA, a instalação deste complexo pode ter alocado uma infinidade de alterações para as populações ribeirinhas, o que abrem novas perspectivas de pesquisa sobre este objeto para além das narrativas desenvolvimentistas estabelecidas.

No ano seguinte, em 1962, em um ato simbólico no instalado alojamento dos trabalhadores, que ficaria historicamente conhecido como “Vila Piloto”, ocorre a solenidade de inauguração das obras e assinatura dos contratos com as respectivas empresas fornecedoras dos equipamentos. Contando com a presença de políticos nacionais, como o Presidente da República, João Belchior Marques Goulart e o Governador do Estado de São Paulo Carvalho Pinto, o embaixador italiano, Mario Di Stéfano, membros da CIBPU, engenheiros e a imprensa, observou-se a continuidade de narrativas ufanistas a exaltar a magnitude das obras e seu caráter “emancipatório”:

A construção desta usina representa uma réplica àqueles que não querem acreditar no futuro de nossa pátria, àqueles que duvidam

³⁵ Empresa paulista fundada em 1938 que carrega o nome de seus fundadores, Sebastião Ferraz Camargo e Silvio Brand Corrêa, possuía estreitas relações com a esfera política nacional, principalmente no estado de São Paulo. Para tal empreita, concorreu com empresas como Cia. Construtora de Estradas – CCBE; Construtécnica Noreno; Cia. Brasileira de Pavimentação e obras- CBPO; Cia. Construtora Nacional.

³⁶ CELUSA, 1960.

PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E AS TRAMAS DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL

das possibilidades gigantescas de um Brasil que caminha de cabeça erguida para atingir os ideais pelos quais todos nós sonhamos, os ideais de emancipação econômica, ideais que animam a todos os brasileiros que veem nesta obra um fator decisivo para a conquista de tal objetivo (GOULART, 2009: 56).

Percebe-se na continuidade de sua fala que, mesmo com a centralidade do estado de São Paulo no empreendimento, é de se ressaltar o peso da obra para o futuro de Mato Grosso e, por meio da figura de Fernando Correa da Costa, o qual possui parcela na efetivação do empreendimento, “Urubupungá e Jupiá tem importância fundamental para o futuro do Estado. Abrem-se aqui perspectivas amplas para Mato Grosso, que em futuro próximo poderá tornar-se um dos grandes centros industriais do País”.³⁷

Ao mesmo tempo ficam emaranhados em seu discurso os acirramentos que extrapolam o canteiro de obras, mas não os caminhos deste empreendimento. Desde que assumira a presidência, em 1961, Goulart encontrou um cenário em que forças nacionalistas e privatistas disputavam participação no modelo de desenvolvimento nacional. Em meio ao jogo de interesses, não conseguiu agradar nem os setores privatista, com suas ações taxadas de “nacionalistas”, bem como provocou inquietações do outro setor, nacionalista, que o considerava atrelado ao capital estrangeiro, o que contribuiu, dentre muitos outros fatores, para sua renúncia em 1961. Desta forma, confrontos ideológicos marcariam seu mandato, principalmente com forças políticas, como as representadas por Leonel Brizola, que na época era então governador do Rio Grande do Sul. Interessante observar que, membro até o momento da CIBPU, este estado se retira da comissão. Na continuidade de seu discurso, em um tom mais ríspido, expressa tais problemáticas nas barrancas do rio Paraná:

Ao contrário do que se afirma, não somos contrários à colaboração do capital estrangeiro. Acreditamos de braços abertos ajuda como a que se faz sentir aqui em Urubupungá. Somos contra, sim, certo tipo de capital, que vem especular no país e enriquece a custa do sofrimento e da miséria do povo brasileiro. Entretanto, o capital estrangeiro que conosco venha colaborar no campo da siderurgia, no campo da energia e em outros setores de fundamental importância para a infraestrutura básica de nosso desenvolvimento, esse capital há de ter sempre o apoio do governo e, mais do que isto, há de ter o aplauso e o reconhecimento do povo brasileiro.³⁸

Nesta mesma solenidade, o governador do estado de São Paulo, Carvalho Pinto, entoava a continuidade do progresso paulista, rememorando palavras já proferidas em outros tempos, mas como se o tempo de agora transbordasse àquelas afirmações:

³⁷ Idem, p. 60.

³⁸ Idem, p. 61.

Trata-se agora de devassar outras regiões e de plantar outros marcos. Para São Paulo, muito especialmente, era ainda, e sempre, o cumprimento de seu destino. Bem o disse, o eminente governador, em seu discurso na sessão de instalação da conferência, após rememorar o esforço paulista que produziu a integração geográfica e o feito heroico da “Monção Cuiabana”. Urubupungá representa, portanto para nós, paulistas, um encontro com o passado, em perspectiva de futuro (...) Precisamos, já agora, de um novo bandeirantismo, que não visa à integração do território, mas da continuidade nacional, num poderoso corpo voltado à construção de uma grande Pátria.³⁹

Novamente, a afirmação de um destino histórico, quase inexorável, nas palavras do enunciador adquire continuidade sob os meandros do empreendimento energético. Elencando Urubupungá como “um encontro com o passado”, um passado bandeirante, que permeia a própria existência do complexo hidrelétrico adquire a função de evocação histórica como componente legitimador do discurso em prol do empreendimento. Presente e passado se misturam, se complementam, postulando o que deve ser rememorado, o que deve ser a própria memória do empreendimento.

Hélio Pereira Bicudo, primeiro presidente da CELUSA e também presente na inauguração corrobora com a ideia de que o empreendimento representa os ideais que historicamente emanam a vocação paulista, uma obra que “melhor do que nenhuma outra realiza um autêntica interiorização da cultura e civilização prevista para que idealizou a marcha para oeste”. Renegando a participação do Rio Grande do Sul, ressalta que sua área de abrangência expõe o que há de melhor no Brasil, “seus contrastes e possibilidades, problemas e soluções”. Servindo para a continuidade de São Paulo como centro hegemônico de produção, desenvolvimento e influência, o complexo, segundo o presidente Hélio P. Bicudo “fecundará, também, áreas subdesenvolvidas ou mesmo inexploradas, em situação geográfica relativamente desfavorável e reclamando toda a infraestrutura para a mobilização de seus recursos”.⁴⁰

Adentrando os caminhos da construção do complexo hidrelétrico percebemos que o empreendimento confunde-se aqui com a própria CELUSA e aqueles que dela se fazem presentes. Este órgão foi representado naquele contexto como um marco do desenvolvimentismo nacional, por conectar experiências técnicas, organizativas e, principalmente, por ampliar o discurso da excelência e viabilidade da mão de obra nacional em detrimento da internacional, em relação ao desenvolvimento energético. Na perspectiva de autores como Gival Froelich (2001), carregando um ideal nacional-

³⁹ RELATÓRIO CELUSA, 1962, P. 23.

⁴⁰ Idem, p. 27.

PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E AS TRAMAS DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL

estatista, foi neste momento que foi feita a escolha pelo abandono de grande parte do projeto técnico italiano e assumindo o posto o nacional como o modelo a ser desenvolvido, conduzido pela experiência técnica paulista.

Jupia tornou-se assim o principal empreendimento da Comissão da Bacia do Paraná – Uruguai (ainda assim denominada, mesmo sem a participação do Rio Grande do Sul), ficando perceptível como carregava em si todo o peso de expor a competência da engenharia nacional. Muitas foram as visitas feitas por engenheiros, professores ou estudantes ao canteiro de obras, servindo como uma sala de aula em espaço aberto. Dentre elas podemos destacar as escolas de engenharia paulista, da Poli-USP, Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) de São José dos Campos, alunos de engenharias da Universidade Mackenzie e Escola de Engenharia de São Carlos.⁴¹ Era comum no canteiro de obras a presença de pesquisadores e engenheiros ligados à Universidade de São Paulo-USP, que estava intimamente ligada ao empreendimento, participando diretamente no desenvolvimento técnico da usina.⁴²

Devemos ressaltar que, para além da centralidade deste discurso nacionalista, é evidente que nos caminhos do complexo hidrelétrico a participação nos projetos, consultorias técnicas e influências externas estavam presentes e continuariam a influenciar em seu andamento. Desde as experiências apreendidas com o TVA e os estudos realizados para o aproveitamento energético do rio Paraná, o Complexo Hidrelétrico Urubupungá se tornaria o resultado do conjunto destas experiências apreendidas e que, devido a sua centralidade em grupos como a CELUSA e posteriormente CESP, assumiriam novas identidades organizacionais, mas que não refutam seu conjunto de influências.

⁴¹ DINIZ, Renato de Oliveira. *A intervenção estatal no setor elétrico paulista: as grandes empresas e as grandes usinas – 1953/1997*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, USP, 2011.

⁴² Nas palavras do autor: “Jupia, além de ter sido a primeira usina de grande porte construída por uma empresa controlada pelo governo paulista, foi o primeiro grande projeto estatal para o qual se contratou uma firma projetista brasileira, abrindo definitivamente o mercado de construção hidrelétrica para as empresas de engenharia consultivas que se organizavam naquele momento no país, especialmente em São Paulo” (p. 95).

Imagem 02 – Construção Hidrelétrica de Jupia



FONTE: Arquivo CDMCC – Fundo CELUSA.

A foto acima faz parte de um conjunto de audiovisuais produzidos durante a construção do complexo hidrelétrico, pertencentes e financiados pela CELUSA/CESP e a empresa construtora Camargo Corrêa. Tais imagens foram amplamente promovidas em uma multiplicidade de canais de informação, constituindo como um importante canal de divulgação das potencialidades do empreendimento, atrelando a ideia de seu “gigantismo” à imagem de seus promotores. Como um “certificado de presença”, como assevera Roland Barthes (1984), este conjunto de materiais apresentava cada passo do desenvolvimento das obras, promovendo diretamente a imagem do empreendimento que seria atrelado com o dinamismo dos grupos gestores, pois “a essência da fotografia consiste em ratificar o que ela apresenta”.⁴³

Este dinamismo, marcado pela afirmação do uso de novas técnicas no país, esteve presente nos caminhos de sua construção, tornando-se forte elemento de divulgação em nível nacional. Como ressalta Diniz (2011), o uso de técnicas como a adição de gelo e não água junto ao concreto, por meio da construção de instalações

⁴³ BARTHES, Roland. *A câmara clara*. RJ: Nova fronteira, 1984, p. 127-129.

PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E AS TRAMAS DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL

industriais nas margens da usina foi utilizada na construção de Jupuíá, visando sanar problemas no concretamento e evitar rachaduras. Sendo destacado em muitos canais de divulgação da obra como uma experiência pioneira em obras daquele porte no Brasil, é um exemplo de técnica apreendida por meio da soma de experiências desenvolvidas neste contexto, mas que acompanhariam e marcariam a memória deste empreendimento.

De qualquer forma, a constituição da CELUSA entre os anos de 1961 e 1965 fortaleceu a presença do governo paulista no desenvolvimento do setor energético, tanto na experiência estabelecida com o Complexo Urubupungá como na centralidade de constituição de um núcleo tecnológico e industrial para o setor. Resultou assim para suas aspirações em continuar como o núcleo industrial de desenvolvimento do país, como expressos em seus discursos. Para autores como Gival Froelich (2011), a realização deste complexo hidrelétrico expõe a caracterização de um modelo desenvolvimentista nos moldes do período JK: a grandiosidade e magnitude de sua construção foram atribuídas à competência da empresa estatal, mas contando com aporte do setor privado, tendo como base o financiamento estrangeiro e as técnicas e tecnologias de experiências internacionais.

Como exemplo da continuidade de projetos e estudos internacionais neste setor temos que, ao momento em que a primeira parte do complexo estava em construção, a partir de Jupuíá, empresas como a *CANAMBRA Engineering Consultants Ltd.*⁴⁴ continuavam a desenvolver estudos. Esta empresa, entre os anos de 1963 e 1969, produziu dois relatórios com mais de cinco volumes cada, analisando as potencialidades da região Norte do Paraná (*The Power Study of South-Central Brazil*) assim como das bacias dos rios Iguazu e Uruguai (*The Power Study of South Brazil*), concluído em 1969.

Cada vez mais, as tomadas de decisões, os encaminhamentos políticos, as ações das comissões envolvidas e diretamente o estado de São Paulo tenderiam a dar centralidade para produção energética e focar-se nas obras em Urubupungá. Muitos dos canais de divulgação, como a imprensa, estabeleceriam diversos interesses e posicionamentos aludindo o desenvolvimento do complexo. Na própria documentação da CIBPU percebe-se que a partir da nona conferência, realizada em 1963, ocorre um deslocamento para os problemas energéticos da região centro sul. Seus mapas e símbolos, que acompanham a comissão desde sua criação, em 1951, passam a expressar

⁴⁴ Esta empresa era formada pelo consórcio de três empresas: *Montreal Engineering Company Ltd.*, *G. E. Crippen & Associates Ltd.*, ambas canadenses, e *Gibbs & Hill, Inc.*, estadunidense. Contando com uma equipe multidisciplinar mapeou as potencialidades de saltos, o levantamento e estudos de mercado, transmissão e distribuição de parques energéticos. RELATÓRIO CANAMBRA, 1967, 1969.

não somente a região a ser projetada, mas as necessidades a serem desenvolvidas. E pelo elemento simbólico, o rio, a hidrelétrica, a energia se apresentam como imagem central, tornam-se força a ser reconhecida, imperativo a ser alcançado e representam o sentido daquele grupo, daquela comissão. Reproduzem a ordem social imperante naquele espaço, ou como assevera Bourdieu (1989) “o sentido imediato do mundo”.

Se a participação de representantes do político sempre esteve atrelada ao complexo hidrelétrico, gestando posicionamentos, aspirações e tendenciando seus caminhos, na década de 1960 assistiu-se à projeção da imagem de Urubupungá como “monumento hidrelétrico” aos caminhos do regime civil militar. Entre 1964, data da instauração do regime e 1969/70, início das operações da usina de Jupiá, todos os presidentes estiveram no canteiro de obras e de alguma forma buscaram associar o desenvolvimento do complexo às realizações do regime instaurado.

Para Froelich (2011), o movimento ocorrido em 1964 significou tanto uma ruptura nos aspectos políticos, quanto no econômico, intensificando o modelo desenvolvimentista fundado no internacionalismo econômico, combativo ante o comunismo, excludente e ligado a um grupo fechado em seu controle. Para o autor, o modelo adotado pelo regime influenciou diretamente na organização do complexo hidrelétrico, principalmente quando constituída a CESP, em 1966. O que não ocorreu foi uma ruptura com os cronogramas e diretrizes já em andamento, principalmente em relação à primeira hidrelétrica, Jupiá, que serviria de base para a continuidade dos trabalhos em Ilha Solteira. Já em relação à Ilha Solteira, segundo D’Almeida (2012) o regime militar influiria diretamente em seu estabelecimento como cidade definitiva.

O desenvolvimento alçado pelo regime e a consolidação ou mesmo continuidade de vultosos projetos, como o de Urubupungá, estão intimamente atrelados a outro setor que ao final da ditadura representaria um conglomerado econômico possuidor de grande capital e monopólio do setor no país. Estamos nos referindo às grandes empreiteiras, que ao longo do regime estiveram inseridos no programa ideológico e organizativo instaurado, estando diretamente na base para os projetos, programas e obras do governo militar, servindo de mecanismos articuladores da imagem de soberania técnica e tecnológica nacional.

As relações entre o setor energético e as construtoras nacionais não remontam este contexto, visto que a partir da década de 1940 se observa o avanço do aparelho estatal no setor, representando também o avanço das construtoras. Projetos como a CHESF e Paulo Afonso, também influenciadas pelo TVA, estreitaram as relações

PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E AS TRAMAS DO SETOR ENERGÉTICO NACIONAL

públicas com o setor, que seriam ampliadas no segundo governo Vargas a partir do Plano Federal de Eletrificação, alicerce para a Eletrobrás, constituída em 1962 (CORRÊA, 2005). Possuindo recursos para o desenvolvimento do setor, esta representou o instrumento de fortalecimento das construtoras a partir do regime civil militar.

Como observa Campos (2012), o estado de São Paulo foi o principal articulador na contratação de obras pública durante o período, até mais do que o próprio governo federal, conseguindo arrematar em seu projeto de eletrificação grandes companhias elétricas que se unificariam em torno da CESP em 1966. Conjugando uma teia de obras para seus estabelecimentos de conjuntos habitacionais, vilas de trabalhadores a cidades inteiras, estradas de rodagem, aeroportos a distribuição de torres de energia, as empreiteiras possuíam em suas mãos o presente e o futuro do setor, como porta-vozes do moderno, criando um mercado fechado e atrelado ao discurso de um “Brasil potência” do regime militar.

Se as empresas mineiras e cariocas formaram a vanguarda na construção de Brasília, visto como símbolo do moderno naquele contexto, ao longo do regime ditatorial as empreiteiras paulistas iriam tomar a frente e se tornariam as maiores do país. Empresas como a Serveng-Civilsan S.A, Constran e Servix tiveram forte participação e crescimento ao longo do regime, atuando diretamente nas principais obras do período e estendendo seu poder junto à esfera política para além do próprio regime.⁴⁵ Mas nenhuma delas foi tão expressiva quanto a Camargo Corrêa, que entre 1964 e 1985, se tornou a maior empresa de construção do Brasil. Ao longo do período, era comum ver nos periódicos a presença de propagandas associando a Caterpillar, uma das maiores do mundo em equipamentos de construção, as hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira e a empresa. A partir de seu trabalho na hidrelétrica de Jupia, realizou todo o aparato de empreendimentos neste complexo, sendo responsável pela construção das casas e infraestrutura em Urubupungá. Sua ligação é tão grande que a empresa foi acionista com 8% do capital da CELUSA.⁴⁶ Em muitas de suas ações para além da construção, seus dirigentes estavam presentes no Círculo Militar de São Paulo e

⁴⁵ A Constran foi criada em 1957 e até o fim do regime tornou-se influente não somente no ramo construtor, mas expandindo seus negócios para áreas como o agropastoril. Controlada por Olacyr Francisco de Moraes era abertamente a favor do regime, ficando o mesmo conhecido posteriormente como “Rei da Soja” em Mato Grosso. A Servix empresa mais antiga remonta de 1928 sendo a pioneira na construção de hidrelétricas, tornando-se durante o regime ditatorial a segunda maior empresa do ramo, atrás apenas para a Camargo Corrêa. CAMPOS, 2012. Cf. Almeida (1980).

contribuíram para o financiamento da Operação Bandeirante, instrumento de repressão à esquerda armada no regime. Além desde empreendimento, participou diretamente de grande parte dos projetos tidos como “marcos” do regime, tais como: Transamazônica (1970-1973), Ponte Rio-Santos (1968-1974) e Rio-Niterói (1968-1974), Itaipú (1975-1982) e o complexo de Urubupungá (1961-1978).

Ao longo do estabelecimento de sua construção notam-se dois períodos complementares: primeiramente com a instauração de Jupiá, entre 1961 e 1969, momento de reestruturação da economia após os entraves provocados pelo Plano de Metas e a construção da hidrelétrica de Ilha Solteira, entre 1968 e 1974, período eufórico sob o controle do regime ditatorial. O próprio campo do desenvolvimento energético e suas aspirações são caracterizados por momentos distintos, sendo que notamos primeiramente um “progresso e desenvolvimentismo alucinante”, entre 1950 e 1960, seguido de um “desenvolvimento nulo”, entre 1970 e meados de 1980 para um “crescimento sustentável” na década de 1990, marcado pelas privatizações, conforme assevera Gildo Magalhães (2012). E na continuidade do processo de transformação em Urubupungá, iremos encontrar seus caminhos atrelados ao fechamento de seu controle integrado à criação de uma das maiores empresas do país: a CESP. Mas estas são questões que se abrem na continuidade desta pesquisa.

Considerações

Ocorrido em um período em que este modelo de desenvolvimento econômico expressava oscilações, no qual as taxas de crescimento eram baixas e a inflação elevada, os caminhos de Urubupungá eram expressos nos discursos e canais de divulgação como o remédio a sanar grandes males da economia nacional. Não eram projetos derivados do regime estabelecido, mas seriam articulados ao desenvolvimento que diziam estar promovendo. A ideologia da grandeza nacional, acompanhada do autoritarismo e da condução do projeto por um reduzido grupo, levou cada vez mais a presença do Estado como articulador do progresso e desenvolvimento nacional. Assim, cada vez mais a imagem que buscavam cristalizar era de um futuro promissor, em que a realização do projeto hidrelétrico tornava-se fator de mobilização, conduzido pela “certeza de que estamos, mesmo à custa de sacrifícios, construindo um futuro melhor” (CARDOSO, 1977: 189). Tornava-se assim um catalisador e instrumento das forças políticas para seus propósitos, suas ideias.

REFERÊNCIAS

BARROS, Carlos Vandoni de. “*Em defesa do rio esquecido*”. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados. 1950. Instituto Histórico Geográfico de Campo Grande. Campo Grande.

BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel: 1989.

BENJAMIN, Walter. *O Anjo da História*. Belo Horizonte: Autêntica: 2012.

CABRAL, Ligia Maria Martins et al. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade: 2006.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado Ditatorial brasileiro (1964-1985)*. Tese. Programa de Pós-Graduação em história-Universidade Federal Fluminense: 2012.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento*. Brasil: Jk-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1977.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. *A Comissão Estadual da Bacia Paraná-Uruguaí: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. USP, 2011.

CIPBU. *Relatório do exercício de 1954*. São Paulo, 1955.

_____. *Conferência dos Governadores*. Set. 1951

_____. *Conferência dos Governadores*. 1959.

CORRÊA, Maria Letícia. Os projetos para o setor de energia elétrica brasileira no segundo governo Vargas: o debate no Instituto de Engenharia de São Paulo. In: MENDONÇA, Sônia Regina de (org.). *O Estado Brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EdUff / Vício de Leitura, 2005.

D’ ALMEIDA, Carolina Heldt. *Produção empresarial da cidade: um laboratório/ 1965-1974*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.FAU-USP, 2012.

DINIZ, Renato de Oliveira. *A intervenção estatal no setor elétrico paulista: as grandes empresas e as grandes usinas – 1953/1997*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, USP, 2011.

FARO, Clóvis de, SILVA, Salomão Quadros. A década de 1950 e o Plano de Metas. In: GOMES, Angela de Castro (Org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2002.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano: da democratização de 1945 ao golpe civil Militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FROELICH, Gival Mosca. *Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952-1992)*. São Paulo: EDUC, 2001.

GARDIN, Cleonice. *CIBPU: A comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no Planejamento Regional Brasileiro (1951-1972)*. Dourados: Editora UFGD, 2009.

GOULART, João. *Discursos selecionados do presidente*. Brasília: FUNAG, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LILIENTHAL, David. *Eli TVA: a democracia em marcha*. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1956.

MAGALHÃES, Gildo (Org). *História e Energia: Memória, informação e sociedade*. São Paulo: Alameda, 2012.

MARTINS, Demóstenes. *A poeira da Jornada: Memórias*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

OFÍCIO da CIBPU ao presidente Getúlio Vargas. Processo nº. 35686. 1952.

OLIVEIRA, Lúcia Lippy. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003. v.3.

RECH, Hέλvio. *A formação do setor energético de Mato Grosso do sul: uma análise à luz da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Energia. USP, São Paulo, 2010.

RELATÓRIO *CELUSA*, 1961, 1962 e 1965.

RELATÓRIO *CANAMBRA*, 1967.

SAGMACS. *Problemas de desenvolvimento*. Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo. São Paulo: CIBPU, 1954, 2 v.

SILVEIRA, Enzo. *Urubupungá: Jupiá- Ilha Solteira*. São Paulo, 1970.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: Uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Data de recebimento: 20/03/2015.

Data de aceite: 18/06/2015.